

A inclusão social através das políticas de cotas: diálogos e perspectivas¹

Por Clarissa Fernandes do Rêgo Barros. (Historiadora. Pós-graduada em História do século XX. Mestre em Serviço Social UERJ.)

Resumo: Este artigo procura levantar algumas premissas sobre a inclusão através do sistema de cotas, entendendo esta política como um posicionamento e reivindicação da sociedade e dos movimentos em torno dos pré-vestibulares comunitários, neste caso, o diálogo estabelecido é com o Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

Palavras Chaves: Educação, Inclusão Social, Política de Cotas.

Title: Dialogs and perspectives: diagnosis of social inclusion by positive affirmation.

Abstract: This article has the objective to argue the positive discrimination in Brazil through the society position for the legitimation of this system by a social politic, observation the Pré-Vestibular Comunitário para Negros e Carentes activity.

Key Words: Education, Social Inclusion, Positive Affirmation.

1) Procurando preencher as lacunas de nossa identidade nacional para a redução das desigualdades.

O Brasil na década de 1990 adotou uma agenda política, optando por um novo modelo de desenvolvimento baseado nas políticas econômicas de “ajuste fiscal” e de maior dependência dos organismos financeiros internacionais, que irão priorizar o papel do mercado em detrimento da presença reguladora do Estado.

Neste cenário, onde o mercado passou a ser o principal mecanismo auto-regulador da vida econômica e social, e com a conseqüente redução do papel do Estado, o PVNC surge como uma alternativa da sociedade civil de direcionar seus objetivos para o problema da desigualdade social através da proposta de uma educação inclusiva, proporcionando melhores oportunidades de colocação no mercado, pela democratização do acesso à universidade. Para tal, o movimento associa o problema da diferença social e educacional a questões étnicas e culturais, viabilizando a melhoria da situação dos setores negros e pobres no mercado de trabalho e na sociedade, através da adoção das políticas de cotas com diferenciações étnicas.

O debate acerca das políticas de ação afirmativa tem fomentado diversas opiniões de intelectuais e estudiosos do tema, que problematizaram esta discussão, a partir da argumentação sobre o “hibridismo social” brasileiro e da possível inexistência de um Brasil sem preconceitos e diferenças raciais. Esta postura teórica se diferencia da proposta adotada pelo PVNC, pois o movimento considera que o hibridismo contribuiu para a invisibilidade cultural e social dos agentes formadores da identidade nacional. A posição por políticas de discriminação positiva são explicadas como fator de um racismo estrutural

histórico, onde políticas universalizantes não seriam necessárias para reparar as desigualdades étnicas e sociais existentes no Brasil.

A adoção das políticas de ação afirmativa pelo Congresso Nacional como uma política pública voltada para a coesão social, segundo o PVNC, contribuiria para o aumentando e benefício dos cidadãos excluídos através da garantia do acesso a educação igualitária como direito, como também proporcionaria a aproximação de negros e brancos na universidade, fornecendo novos agentes sociais, memórias, trajetórias e cultura. Esta realidade contribuiria para uma disputa equitativa dos diferentes setores étnicos no mercado de trabalho, na medida em que ambos possuiriam as mesmas oportunidades. A política de cotas idealizada pelo PVNC implica em uma noção de igualdade social, relacionada com o reconhecimento das diferenças culturais e o acesso aos direitos e a cidadania.

As desigualdades apontadas pelo PVNC como fator de exclusão são lacunas descritas na história da formação nacional brasileira, que devem ser resolvidas partindo do reconhecimento das diferenças culturais e dos setores sociais invisíveis nos projetos políticos e políticas públicas de nosso Estado. As políticas de ação afirmativa são a ponta de um iceberg que denuncia incongruências sociais antigas: como o racismo, a pobreza, a deficiência das escolas públicas, a exclusão de negros, indígenas e deficientes; que podem ser resolvidas através do debate social voltado para a exigência de um Estado presente no segmento educacional como um todo.

2) O caso do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Um movimento social pela educação e inclusão através das políticas de cotas.

O conhecimento da trajetória e ação do PVNC possibilitou a discussão e a pesquisa de um projeto proposto pelo movimento direcionado à inclusão social, a partir da reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras para negros e carentes, exigindo do Estado a participação e formulação de políticas sociais que buscam a promoção de uma justiça social e da igualdade de direitos.

Durante os anos de 1990, em quase todas as regiões do Brasil, observou-se uma grande *capilarização social*² dos cursos de pré-vestibulares comunitários voltados para segmentos sociais populares. A difusão desses cursos possui seu embrião no descontentamento em relação a uma construção desigual e hierarquizada do tecido social brasileiro, e da ausência de uma educação de qualidade que proporcione a igualdade de oportunidades na disputa dos vestibulares para o ingresso nas universidades públicas. Como sujeitos de uma causa social, essas organizações articulam um movimento motivado pela solidariedade e pelo voluntariado.

Com diálogos e práticas voltadas para a questão social, os pré-vestibulares comunitários e, em especial o PVNC, assumiram dimensões de movimentos sociais efetuando ações com posicionamentos políticos específicos, neste caso a democratização da educação³. Segundo Renato Emerson dos Santos (p.127,2003)⁴, o surgimento dos movimentos de pré-vestibulares comunitários constitui *em uma forma de ação social que possibilita a convergência múltipla de ações, atos, significados e ideologias que viabilizam a sua materialização em distintos contextos sociais*.

Em 1993 surge na Baixada Fluminense, com sede na Igreja Matriz de São João de Meriti, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC, em função do descontentamento com a péssima qualidade do ensino médio nesta região de periferia, que eliminava a

possibilidade de acesso destes estudantes, em sua maioria negros e carentes, às universidades públicas.

A idéia de organização do curso na Baixada Fluminense foi lançada por Frei David Raimundo dos Santos⁵, em conjunto com os professores Alexandre do Nascimento, Antonio Dourado e Luciana Santana Dias. As idéias e reflexões acerca da estruturação de um curso que se associa à educação e a questão do negro surgiram entre 1989 e 1992 na Pastoral do Negro no Rio de Janeiro.

No Brasil, a coloração da pele é um dos elementos que distinguem as diferentes etnias existentes, pois as classificações raciais foram desconstruídas em função da formação de uma identidade nacional fundamentada no hibridismo⁶. A associação entre “civilização e cor” constituídas pelas relações sociológicas derivadas da discussão sobre mestiçagem, foram determinando, historicamente, uma representação social que aponta para a superioridade de uma cultura sobre outra, contribuindo para invisibilidade das minorias etnoculturais.

A opção do PVNC por se auto-denominar como “**negro e carente**” tem o objetivo de destacar uma minoria excluída não só pela identidade e classe social como também pela cor, organizando assim uma ação direcionada e relacionada com o movimento negro, já que o PVNC vai compreender o racismo como fator de exclusão.

Em 1994 o PVNC atingiu o esperado sucesso, a partir da repercussão do trabalho iniciado no ano anterior, espalhando-se por vários núcleos locais e obtendo uma aprovação de 34% dos candidatos aceitos nas universidades públicas do Rio de Janeiro (UERJ, UFRJ, UFF) e PUC-RJ. Depois disto à idéia ultrapassou os limites da Baixada Fluminense,

espalhando-se pelos municípios da região metropolitana do Rio, a partir da fundação de núcleos articulados.

No contexto atual, a importância do PVNC está em sua determinação como movimento social atuante e participativo, na tentativa da legitimação das políticas de cotas como uma política social. O reconhecimento do negro como identidade nacional relaciona-se a inclusão a partir de políticas e manifestos associados ao Movimento Negro, que procuram levantar uma agenda de problemas acerca da educação pública e das desigualdades sociais sofridas por estes segmentos sociais no Brasil.

A construção do PVNC como movimento social possibilitou a intercessão de um diálogo referente à inclusão de negros e pobres à sociedade através da problematização da educação, centralizando uma ação emergencial de reconhecimento destas identidades e desigualdades por meio das políticas de cotas. Isto significa, que a iniciativa social do PVNC procura unir os objetivos de democracia e igualdade de oportunidade buscando a conscientização dos integrantes e da própria sociedade, ao concentrar a discussão em torno de desigualdades históricas sociais e culturais no segmento educacional brasileiro e principalmente no ensino superior.

3) A política de ação afirmativa como uma alternativa à democratização das universidades e inclusão social:

As políticas de cotas consistem em um mecanismo das ações afirmativas⁷ que procura viabilizar a promoção da igualdade de oportunidades para os setores excluídos da sociedade. Atualmente, as cotas estão em processo de legitimação no Congresso Nacional

através da Lei de Cotas (PL73/1999), pela inclusão de negros, indígenas, deficientes físicos e estudantes de escolas públicas, nas universidades brasileiras, garantindo um mecanismo que permita melhores condições de competição a estes jovens, assim como, um avanço na ampliação dos direitos da cidadania e do acesso à educação.

Segundo alguns dados de indicadores sociais e econômicos no Brasil do IPEA/IBGE⁸ de 2000, 45% da população brasileira é afro-descendente. Entre os 10% mais pobres, 70% são pretos ou pardos. Negros e pardos ganham, em média, R\$376,00, e brancos ganham R\$757,00. Entre os brasileiros que estão no grupo de 1% mais rico do país, 88% são brancos. O analfabetismo é 2,5% maior entre negros do que entre brancos. Nas universidades públicas 98% dos estudantes são brancos e somente 2% negros. A taxa de escolarização da população negra, no âmbito nacional, com 10 anos ou mais de idade é de 6,5 anos para brancos, 4,4 anos para negros e 4,5 anos para pardos. No poder judiciário, 98,5% dos postos são ocupados por brancos. De acordo com os dados do IPEA/IBGE 2000, é possível observar estatisticamente o afastamento social entre negros e brancos no Brasil. Esta realidade, segundo intelectuais e estudiosos do tema, não está associada à incapacidade de negros e sim à injustiça social que permeia as relações raciais, portanto as políticas de cotas significariam uma maneira imediata de reparar estas distâncias sociais e incluir de modo significativo e emergencial a grande maioria da população brasileira excluída por razões étnicas e de classe.

Em 2003 no Estado do Rio de Janeiro, a UERJ implementou as cotas pela primeira vez, reservando vagas para negros e estudantes de escolas públicas. O projeto piloto de cotas causou descontentamento em alguns setores que considerou a ação como um ato de discriminação e racismo, e parte dos estudantes brancos daquela universidade declaram-se

negros para obter o privilégio das vagas. A falta de formulação de regras de enquadramento sociais e culturais adequados determinou o reajustamento das políticas de cotas na UERJ, determinando 20% para alunos de escolas públicas – apenas estudantes que obtiveram toda a formação nas redes públicas de ensino; 20% das vagas para negros carentes – estas vagas são destinadas a análise socioeconômica do candidato, valendo apenas para os que comprovaram carência; e 5% para deficientes e povos indígenas.

A polêmica sobre a implementação da política de cotas focalizou prioritariamente aquelas destinada aos estudantes negros, e agregou mais uma dificuldade: a de estabelecer quem é negro, gerando o acirramento de um racismo que se dizia não existir. Associado ao problema da cor, a política levantou a discussão acerca do mérito na universidade, admitindo que esta política traria o risco de perda de excelência e da qualidade acadêmica por parte das instituições universitárias, além da acusação de que as universidades estariam promovendo um racismo às avessas.

A partir de entrevistas e debates realizados com alunos cotistas da UERJ⁹ participantes do Grupo de Pesquisa do Departamento de Serviço Social “*Política de Assistência aos Estudantes Cotistas*” ,foram levantados problemas, estratégias e soluções desenvolvidas pelos alunos de cotas, para enfrentar os obstáculos na universidade oriundos da sua trajetória social. Neste sentido, torna-se necessário exigir do Estado não só a oportunidade de alcançar o ensino superior, mas também, subsídios que permitam a permanência destes estudantes na universidade.¹⁰

De forma resumida alguns resultados oriundos dos depoimentos dos estudantes cotistas que participaram das oficinas de nossa pesquisa encontram-se descritos nos gráficos abaixo, como testemunhos de dificuldades, problemas e estratégias enfrentadas por

todos os cotistas de forma comum, buscando viabilizar a permanência dos mesmos na universidade.

No primeiro gráfico (Figura 1)¹ “*Problemas enfrentados pelos estudantes cotistas*” estão registrados os problemas levantados por esses estudantes, sendo o maior deles o preconceito que parte principalmente de outros estudantes (não-cotistas) e, em menor grau, de professores. Em segundo lugar aparece a falta de base para enfrentar o vestibular e conseguir acompanhar as aulas e disciplinas na universidade. Em terceiro lugar destaca-se o baixo valor da bolsa que não cobre despesas essenciais e costuma ser paga com atraso, além de ter duração irrisória (12 meses). Também é problemático para os cotistas a exigência de cumprimento de 90 horas em atividades extra-classe. A questão do deslocamento é outra grande preocupação dado o custo, principalmente das passagens pelo fato de morarem distante da universidade. Há também queixas da estrutura física precária da universidade que não dispõe de ventiladores, água, banheiro funcionando, bibliotecas com livros conservados, etc.

Na figura 2, no gráfico “*Estratégia de Sobrevivência do Estudante de Cotas*”, as estratégias de enfrentamento aos problemas destacam a economia que fazem levando alimentos e água para a faculdade; a iniciativa de trocar textos com colegas; o uso do sistema de cotas para chegar à universidade pública. Há ainda iniciativas que visam diminuir as despesas com transporte (Riocard) e com moradia (dividir aluguel em local mais próximo da universidade). Estratégias importantes são as que se voltam para busca de xérox mais barata, bolsas de pesquisa, nivelamento para matérias difíceis. Pontualmente

¹ Os gráficos apresentados neste artigo se encontram anexados ao final do texto.

aparece: troca de ônibus por trem, uso de restaurante popular, compra de livros em sebos, etc.

No terceiro gráfico (Figura 3) referente às “*Sugestões dos estudantes cotistas*” sobressaem: 1. a importância de mobilizar os estudantes para serem ouvidos e debaterem seus problemas; 2. a necessidade de aumentar o valor da bolsa e garanti-la até o final do curso com base no bom desempenho; 3. garantir nivelamento para os cotistas; 4. melhorar o ensino médio; 5. ter horários mais flexíveis de cursos.

Quando articulamos problemas, estratégias e sugestões percebemos que o mais importante é o enfrentamento do preconceito contra o estudante cotista por meio de debates públicos, além da necessidade de se ter cursos de nivelamento e a manutenção do valor da bolsa para além de 12 meses¹¹.

As análises dos gráficos são importantes quando somatizados as discussões acerca da política de cotas, no que se refere à implementação deste braço das ações afirmativas como uma política pública inclusiva. Isso significa que a política de cotas não deve existir isolada do cidadão, ou apenas como uma forma de conceder oportunidade a uma pessoa pobre através da reserva de vagas. Esta política deve ser subsidiada com programa que ampare e custeie a permanência e a trajetória destes jovens na universidade de maneira que estes se sintam integrados à instituição a qual estão vinculados. Quando analisamos a repercussão das cotas nas universidades que resolveram adotar o sistema, a ausência do Estado passa a ser visível nos setores de financiamento e assistência aos estudantes, e aí não se incluem somente os estudantes cotistas, mas os estudantes da universidade de uma forma geral.

O debate sobre a democratização do acesso à universidade tem colocado em pauta

uma agenda bastante ampla acerca das políticas de inclusão e que proporciona discussões densas relacionadas também à qualidade do ensino público, do mérito acadêmico e a discriminação positiva como uma saída para eliminar a desigualdade social brasileira. Esta agenda questiona o sistema de cotas pelas conseqüências que o mesmo tem trazido para as universidades, além da mudança do perfil acadêmico. A tentativa de implementar o sistema de cotas na universidade opõe-se a críticas de outros setores sociais que defendem uma posição universal acerca da melhora do ensino público e da ampliação de vagas na universidade eliminando o acesso através da reserva de vagas pelo critério racial e de classe.

4) Relacionando dúvidas e questões: “*quatro anos de políticas de cotas*”.

Não são apenas os movimentos sociais como o pré-vestibular para negros e carentes que tem procurado combater o preconceito e a falta de informação acerca das políticas de cotas. Buscando solucionar dúvidas em torno do mérito acadêmico, estigmas em torno dos alunos cotistas, má formação dos alunos provenientes de escolas públicas, cuja aprovação automática passou a ser uma realidade, o Laboratório de Políticas públicas da UERJ (LPP) junto ao Programa de Políticas da Cor¹² (PPC) elaborou um balanço com a opinião de diferentes docentes em relação aos quatro anos de política de cotas.

A pesquisa foi realizada em cinco instituições públicas brasileiras pioneiras na adoção das ações afirmativas: Universidade Federal de Brasília (UNB), Universidade

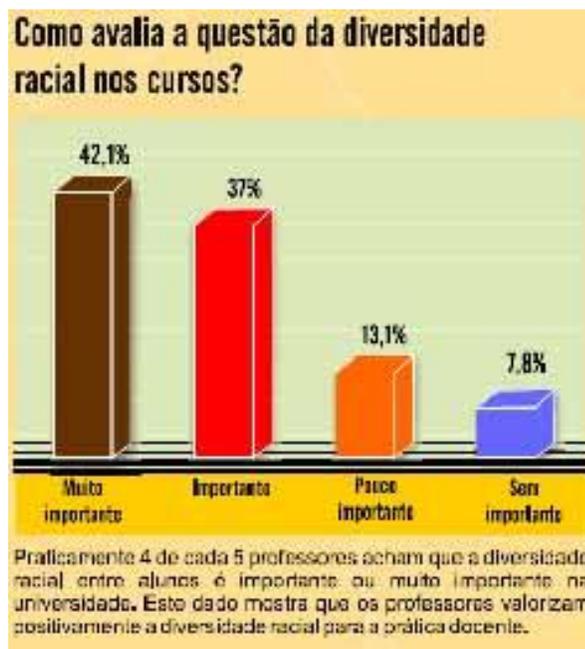
Federal do Alagoas (UFAL), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Os cursos escolhidos para análise foram os de: Direito, História, Medicina e Pedagogia. Foram entrevistados 557 profissionais, onde 57% já haviam lecionado para alunos cotistas.

O Laboratório de Políticas Públicas procurou através desta pesquisa, construir um retrato pioneiro da opinião dos profissionais que se relacionam com os alunos nas universidades que adotaram as políticas de ação afirmativas, e para este artigo estes dados trazem uma percepção da importância do sistema de cotas como um mecanismo de inclusão.

As perguntas discutiram entre os professores temas particulares ao universo docente do entrevistado como: o racismo na universidade e no Brasil, composição racial do estado e da universidade, diversidade racial nos cursos, o ingresso pelo vestibular, o posicionamento dos professores entre os alunos cotistas, diferença entre o desempenho de alunos brancos e negros, desempenho acadêmico dos alunos cotistas e avaliação do nível e relações raciais na universidade após as cotas. No que se refere tema central deste artigo foram selecionadas algumas tabelas que discutem o desempenho dos cotistas na universidade, as relações raciais na universidade, a diversidade entre os cursos e questões referentes a nível acadêmico e vestibular.

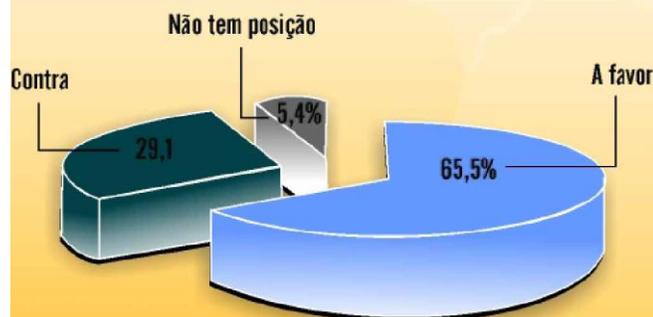
Na Tabela 1: “*Como se avalia a questão da diversidade racial nos cursos?*”, destaca-se que a maioria dos professores acredita ser muito importante e importante o relacionamento de diferentes alunos de classes e etnias diferentes. Neste sentido, no que se refere à inclusão, a reserva de vagas para etnias particulares como negros e indígenas, pobres, estudantes de escolas públicas e deficientes conseguem trazer a oportunidade de

ingresso destes setores discriminados e excluídos por condições culturais e sociais, assim como modificar positivamente o perfil acadêmico através de novas memórias e trocas de experiências.



Na Tabela 2: “*Como se posicionam em relação às cotas os professores que deram aula para cotistas?*”, nota-se que a maioria dos docentes entrevistados se colocam a favor da entrada dos estudantes, e em comparação com os dados da Tabela 3 – “*Como se avalia o desempenho dos seus alunos cotistas?*”, percebe-se que a grande maioria acha que os alunos possuem um bom desempenho, equiparando-se em dados as opiniões dos que mencionaram ser regular e muito bom a atuação dos alunos na universidade.

Como se posicionam em relação às cotas os professores que deram aula para cotistas?



Cerca de 2/3 dos professores que já ministraram cursos para cotistas aprovam a política de cotas para negros.



É importante perceber que tanto a Tabela 2 como a Tabela 3 contribuem para a desconstrução da afirmativa de que as cotas diminuem o mérito acadêmico, e reduzem o nível educacional das universidades ao incluir estudantes sem base. A pesquisa em torna das estratégias e problemas enfrentados pelos alunos cotistas mencionada acima, ajuda a entender que apesar das dificuldades dos alunos cotistas, que possuíram uma base escolar deficitária nas escolas públicas, ao entrar na universidade procuram ajuda de colegas,

professores para recompensar a lacuna do ensino básico, superando as dificuldades iniciais e transformando-se em bons alunos.

O próprio mérito do vestibular discutido como necessário a seleção acadêmico, acaba por cair em contradição, na medida em que entre o sistema de cotas os alunos disputam e são merecedores da oportunidade que lhes foi apresentada, sendo vencedores não só por terem alcançado a vaga, mas também por terem conseguido se manter na universidade.

Na Tabela 4: “*Como ficou o nível acadêmico da universidade após as cotas?*”, a pesquisa compara o nível acadêmico e as relações raciais na universidade. Em relação ao nível acadêmico a maioria dos professores coloca que o rendimento acadêmico não piorou após cotas, assim como o fato da instituição não ter precisado rebaixar o nível para implementar as políticas de cotas. Em comparação com os dados acerca das relações raciais na universidade mantiveram-se igual ou melhoraram. Isso significa que em comparação com os dados que determinam os problemas enfrentados pelos cotistas sobre alta taxa de preconceito entre estudantes cotistas e não cotistas, no universo acadêmico, estes estigmas passam despercebidos, assim como a diferenciação do desempenho de um aluno em sala de aula frente aos professores.



A conclusão obtida pelos pesquisadores do LPP sobre o que pensam os professores universitários em relação às políticas de cotas¹³ coloca que cerca de 55% acham que o vestibular não é uma forma eficaz de acesso à universidade. 80% dos professores atestam a importância da diversidade racial dos cursos, e 66% aprovam as políticas de cotas para negros no ensino superior.

Entre os que deram aula para os estudantes cotistas, 74% avaliam como bom ou muito bom o desempenho dos alunos, somatizando aos 90% dos professores que afirmam que o nível acadêmico das universidades permaneceu igual ou melhorou com a implementação das cotas.

E para contrapor os argumentos que se colocam contra as cotas alegando que tal sistema modificaria as relações raciais, 90% dos professores avaliam que as relações raciais em suas instituições permaneceram iguais ou melhoraram com o sistema de cotas.

5) Premissas para uma conclusão. O movimento social, as políticas cotas e alguns dados sobre a inclusão nas universidades.

Alguns dados levantados neste artigo procuram colocar em voga vozes da sociedade e conhecimentos quantitativos para a investigação e aplicabilidade da inclusão através das políticas de cotas.

Como um movimento social articulado, os pré-vestibulares comunitários ganham grandes dimensões na preparação de jovens pobres moradores das periferias brasileiras, possuindo diferentes formas de organização e dialogo com a sociedade.

O PVNC aparece como um importante agente social como uma voz da sociedade representante de negros e pobres, com um importante trabalho de educação de jovens gratuitamente para a disputa dos vestibulares nas universidades publicas brasileiras. A educação viabiliza uma oportunidade de inclusão e as cotas uma atitude imediata, que contudo, tem sido estudada de acordo com as diferenças e impossibilidades existentes na sociedade brasileira. A construção da identidade nacional pautada no hibridismo colaborou para o desconhecimento social de outras memórias e histórias, e em relação ao debate das políticas de ação afirmativa, continua a aparecer e enfatizar um discurso homogeneizador da sociedade contribuindo para o não entendimento sobre o sistema de cotas e centralizando o debate em torno da reserva de vagas para negros.

No dia 29/05/2007 na Folha de São Paulo¹⁴, foi publicado um artigo intitulado: “*Cotas na UnB: gêmeo idêntico é barrado. Universidade usa o critério cor para selecionar os candidatos cotistas*”. Segundo o artigo, dois meninos gêmeos univitelinos filhos de pai negro e mãe branca, resolveram fazer vestibular para federal utilizando o sistema de cotas, um entrou e o outro foi barrado pela seleção.

Esta reportagem aponta para o desconhecimento do sistema não só pela sociedade que possui uma informação em torno dos problemas da política, como insiste no fato da reserva de vagas para negros não garantir um mecanismo eficaz de inclusão diante da diversidade de cores brasileiras. Uma primeira reflexão importante estaria não apenas na construção social da sociedade, mas na ausência de um debate entre o Estado e a sociedade para a legitimação das cotas como uma política integrada para o enfrentamento das desigualdades.

Na realidade, as cotas viabilizaram a discussão do racismo e do afastamento social existente entre os diferentes segmentos étnicos e sociais de nossa sociedade. Determinar se o problema da discriminação racial no Brasil está na discriminação ou na exclusão, demanda o conhecimento de novas memórias e vozes, e neste sentido o sistema de cotas consiste em um importante mecanismo de inclusão em torno da contribuição de maior diversidade nas universidades.

Os dados colocam que a oportunidade não caminha sozinha sem um mecanismo que permita a permanência dos estudantes cotistas na universidade, ou seja, o amparo do Estado através de uma política de assistência, pois apesar de vagas para negros, indígenas, deficientes e estudantes de escolas públicas, todos precisam provar que são pobres, logo a

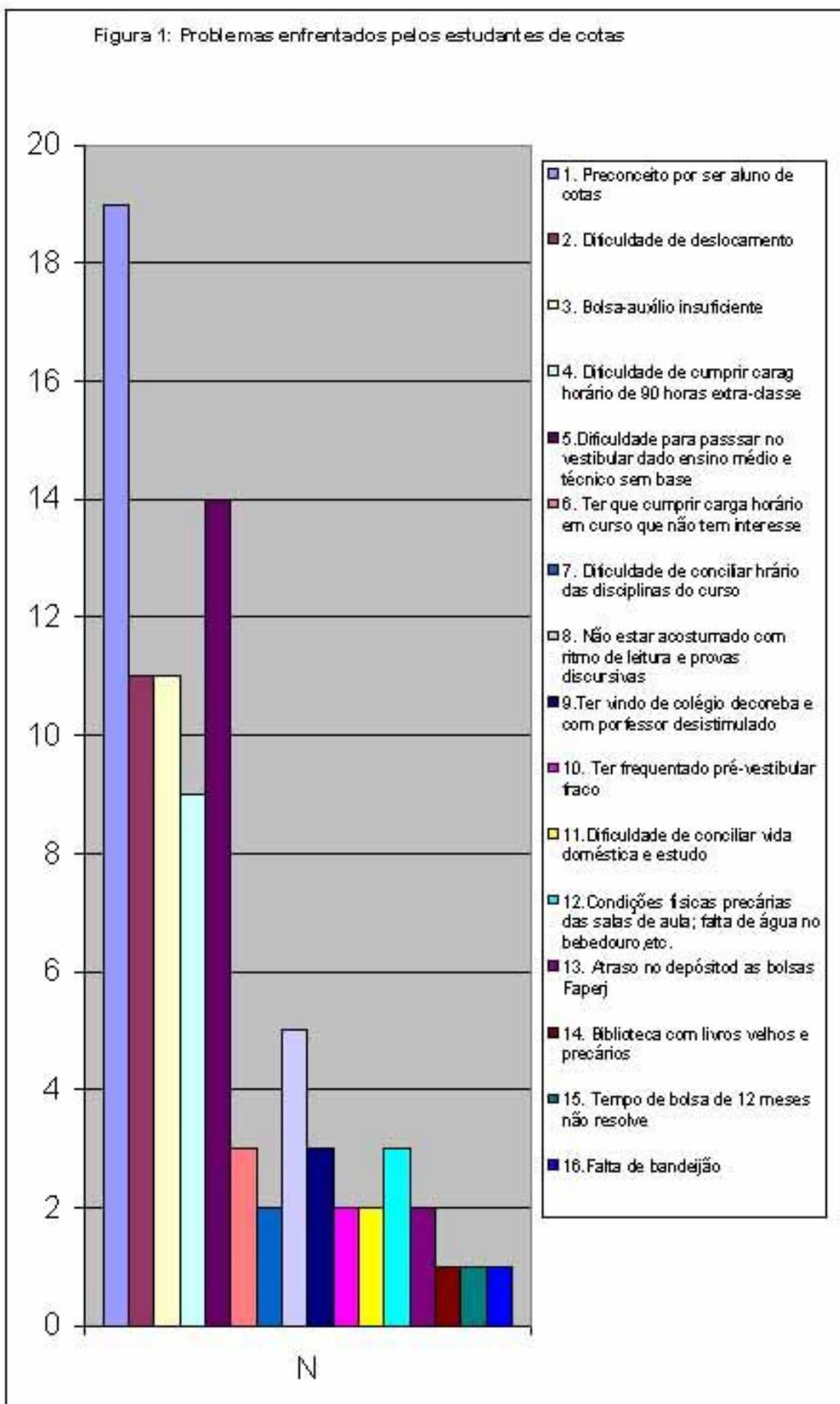
necessidade de subsídios financeiros a estes estudantes sejam com bolsas de estudos ou outras atividades dentre do espaço acadêmico.

O projeto de lei (PL 73/99) apresentado ao congresso em 2005 como um discurso entre os diferentes atores sociais militantes ou intelectuais a favor da implementação da política de cotas como um política pública financiada pelo Estado, não foi ainda deliberada, mas segundo fontes do IBGE (2004) no *Mapa das ações afirmativas no ensino superior* as universidades públicas brasileiras estão adotando o sistema de cotas com requisitos próprios: seja por sistema de pontos sem diferenciações étnicas ou através de políticas afirmativas para negros, o que significa que em função das diversidades regionais e culturais brasileiras as instituições têm assumido o perfil de seus estados e a exigência de movimentos estudantes formados no interior da própria universidade, o que implica na existência de muitas falhas e detalhamento de dados científicos de análises e perfis sociais e etnoculturais.

As políticas de cotas trazem muitas premissas a serem discutidas e debatidas com a sociedade, preconceitos e exclusões a serem desmascarados,mas um ponto em comum simplificado pelas ações afirmativas é a inclusão, e no caso de negros,o PVNC aponta para a importância do resgate de uma memória e de uma história em torno da identidade social, onde a educação é o caminho viável para este conhecimento.

5) Anexo dos gráficos da pesquisa:

Figura 1: Problemas enfrentados pelos estudantes de cotas



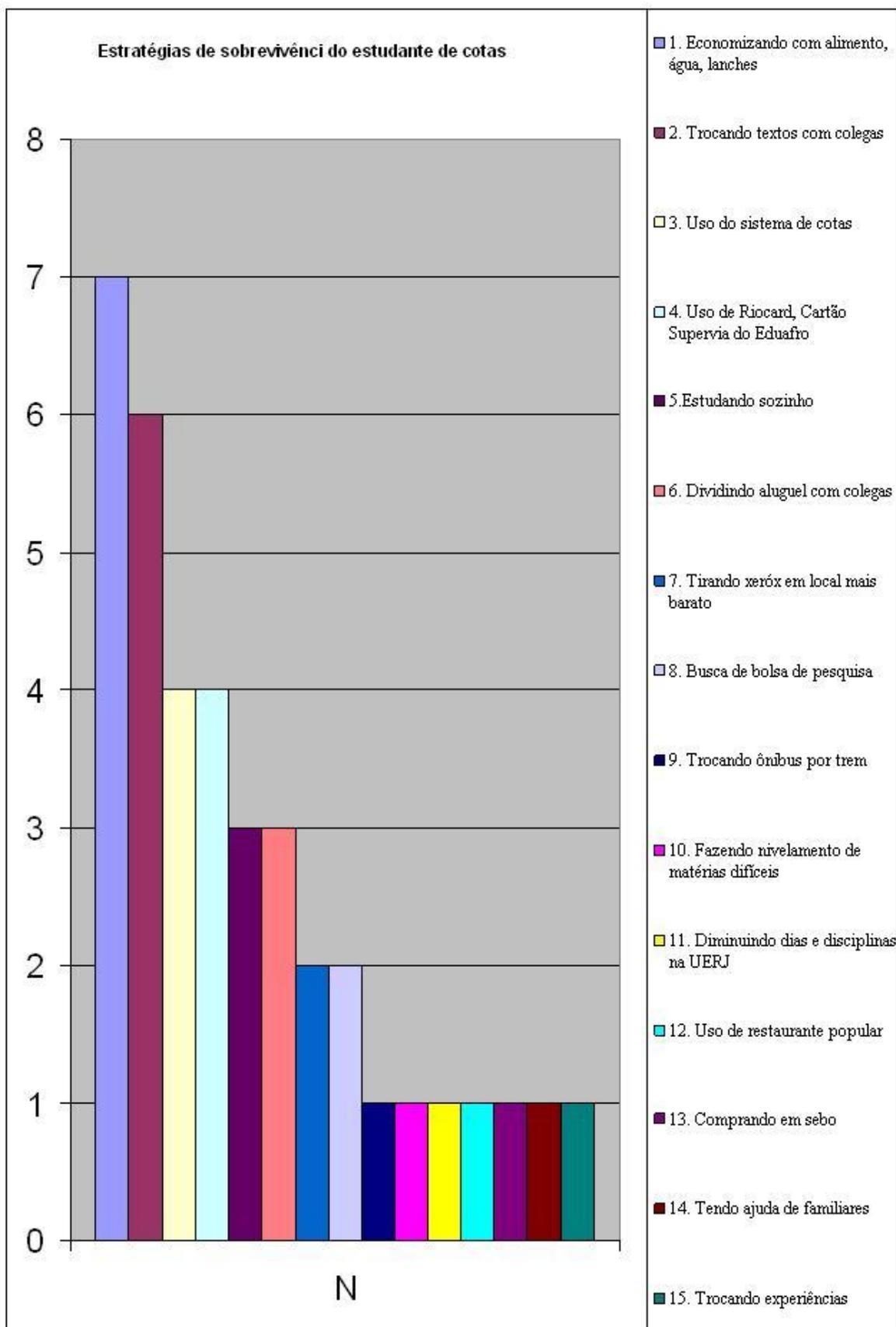
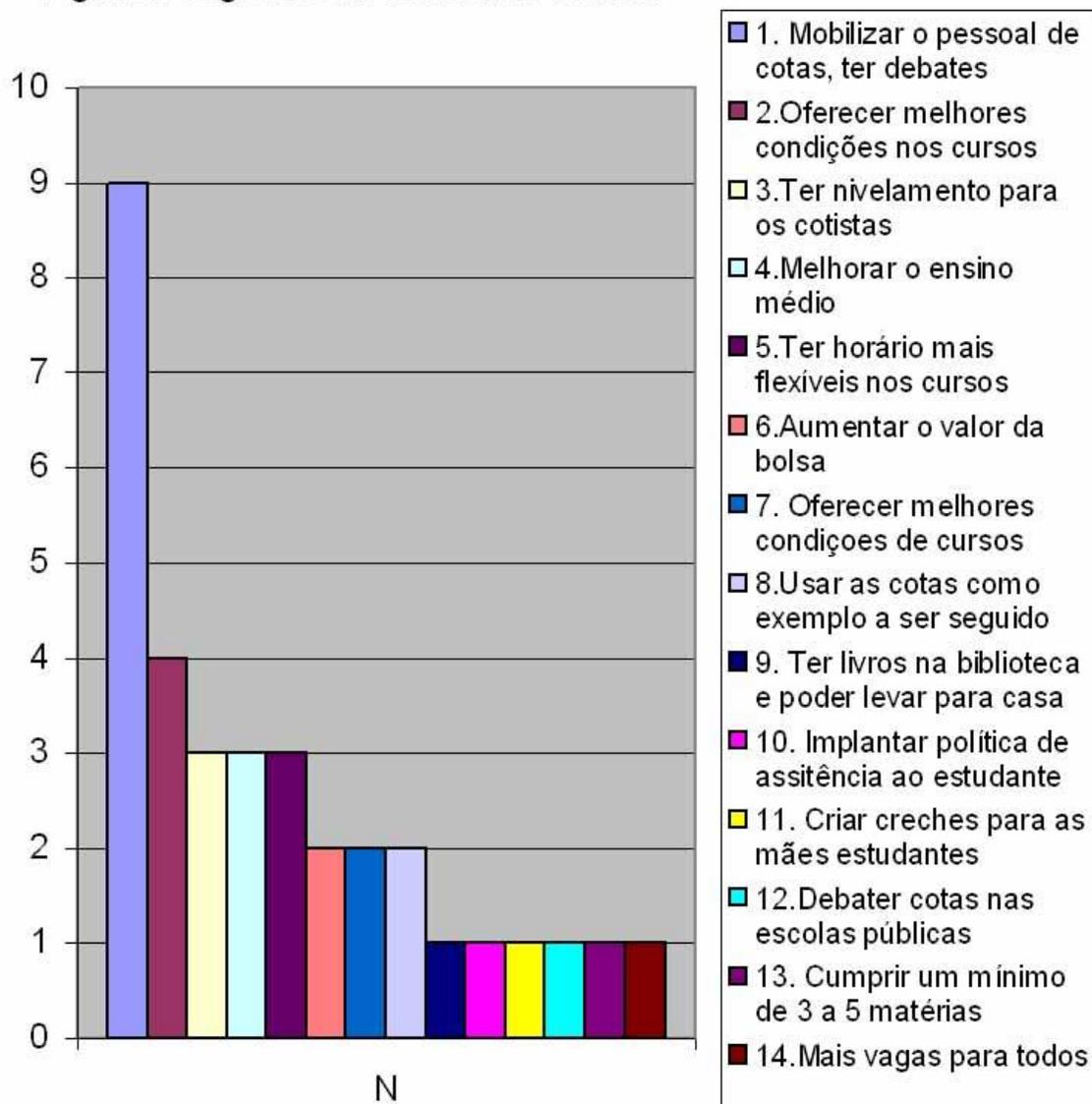


Figura 3: Sugestões de estudantes cotistas



6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CANDAU, Vera.(org). *Cultura(s) e educação. Entre o crítico e o pós crítico*. RJ: DP&A Editora, 2005.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2003.
- FIORI, José Luís. *60 lições dos 90*. RJ: Record, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 47ª edição. RJ: Editora Global, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 27ª Edição. SP: Editora Paz e Terra, 2003.
- FRY, Peter. *A persistência da raça – Ensaio antropológico sobre o Brasil e a África austral*. RJ: Civilização Brasileira, 2005.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. RJ: Editora 34, 1999.
- MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira*. SP: Senac, 2000.
- MUNAGA, Kabenguele. “Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil”. In: ADÃO, Jorge Manuel. NASCIMENTO, Graciete Garcia. RAMOS, Marise Nogueira. *Diversidade na Educação. Reflexões e Experiências*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.
- NASCIMENTO, Alexandre do. *Movimentos sociais, educação e cidadania. Um estudo sobre os cursos Pré Vestibulares Populares*. Tese de Mestrado, UERJ. RJ, 1999.
- PAIVA, Ângela Randolpho. *Ação Afirmativa na universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil - Estados Unidos*. RJ: Editora PUC, 2004.
- PETRUCELLI, José Luis; FERREIRA, Renato; BRANDÃO, André. *Quatro anos de políticas de cotas: a opinião dos docentes*. In: Série, dados e debates. LPP/UEJ: RJ, 2006.
- SANTOS, Renato Emerson. “Racialidade e novas formas de ação social: o pré-vestibular para negros e carentes”. In: SANTOS, Renato Emerson. LOBATO, Fátima (org). *Ações Afirmativas. Políticas públicas contra a desigualdade racial*. RJ: DP&A Editora, 2003.

SILVA, Jailson de Souza. *Por que uns e não outros? Caminhada de jovens pobres para universidade*. RJ: 7 Letras, 2003.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Ajuste neoliberal e desajuste na América Latina*. RJ: UFRJ, 1999.

RÊGO BARROS, Clarissa Fernandes do. *Educação e inclusão: o Pré Vestibular para Negros carentes no Brasil dos anos 90*. Monografia. Departamento de História PUC - Rio, Junho, 2005.

Notas

¹ Este trabalho é fruto de reflexões e pesquisas junto ao grupo de pesquisa: “*Política de Assistência aos Cotistas*” da Faculdade de Serviço Social da Uerj coordenado pela Profa. Alba Tereza Barroso de Castro, que desdobrou-se em um projeto de pesquisa de Mestrado da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

² **Capilarização Social:** termo é aqui utilizado como sinônimo de difusão.

³ Para o conceito de democratização da educação entendemos uma educação inclusiva, pública e de qualidade para todos os setores sociais, no caso do PVNC, negros e pobres.

⁴ SANTOS, Renato Emerson. “*Racialidade e novas formas de ação social: o pré- vestibular para negros e carentes*” IN: SANTOS, Renato Emerson. (org). *Ações Afirmativas. Políticas públicas contra as desigualdades sociais*. RJ: DP&A Editora, 2003. p. 127/153

⁵ Frei Davi, fundador da rede de pré-vestibulares comunitários EDUCAFRO - também direcionados a jovens negros e carentes, porém com alianças religiosas. Discuti este tema na monografia quando me referi ao fracionamento do PVNC em três movimentos distintos – *Campo Amplo, Eclesial e Independentes*. Atualmente, Frei Davi encontra-se a frente do debate pela implementação da Lei de Cotas no Congresso Nacional junto ao PVNC.

⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 47ª edição. RJ: Editora Global, 2003.

⁷ “*As ações afirmativas se definem por políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade*” (GOMES, 2003). Retirado de: GOMES, Joaquim Barbosa. “O debate constitucional sobre as ações afirmativas”. In: LOBATO, Fátima. SANTOS, Renato Emerson. (org). *Ações Afirmativas. Políticas públicas contra as desigualdades raciais*. RJ: DP&A Editora. Coleção Políticas da Cor, 2003. p. 21. Entende-se nesta pesquisa que a política de cotas é uma maneira de se efetivar as ações afirmativas.

⁸ Fonte: IPEA/IBGE/Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

⁹ O projeto de pesquisa do Departamento de Serviço Social ministrado pelas professoras Maria Cristina Leal e Alba Tereza Barroso de Castro: “**Política Assistencial aos cotistas da UERJ**”, possui o objetivo de debater diferentes temas escolhidos pelos cotistas sobre as cotas na UERJ, buscando o levantamento de estratégias e problemas para a possível formulação de uma política de assistência voltada para melhoria e superação das dificuldades sofridas por estes alunos.

¹⁰ As tabelas expostas neste artigo são dados da pesquisa: “*Política de Assistência aos Cotistas*” da Faculdade de Serviço Social da UERJ, realizados nos anos de 2005 e 2006.

¹¹ Esta bolsa citada pelos alunos consiste em subsídio de custo dado pela UERJ e FAPERJ, como auxílio à xérox, passagem e alimentação no valor de R\$ 190,00, no primeiro ano de estudo do cotista, pressupondo a substituição desta bolsa pela de iniciação científica nos anos subsequentes de estudo.

¹² PETRUCELLI, José Luis; FERREIRA, Renato; BRANDÃO, André. *Quatro anos de políticas de cotas: a opinião dos docentes*. In: Série, dados e debates. LPP/UEJ: RJ, 2006. Disponível em www.lpp-uerj.net

¹³ Conclusões e dados retirados de: PETRUCELLI, José Luis; FERREIRA, Renato; BRANDÃO, André. *Quatro anos de políticas de cotas: a opinião dos docentes*. In: Série, dados e debates. LPP/UEJ: RJ, 2006. Disponível em www.lpp-uerj.net

¹⁴ Este artigo esta disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL43786-5604,00.html>